

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE MONTANHAS-RN: ANÁLISE DA RELAÇÃO FORMAÇÃO-PRÁTICA DOCENTES

Maria Zilda Medeiros da Silva ¹
Adilma Gomes da Silva Machado²
Afonso Barbosa de Lima Júnior³
Nadja Maria de Menezes Morai⁴
Henrique Miguel de Lima Silva⁵

INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiências, no Brasil, ganhou forças a partir da Constituição Federal de 1988 que trouxe para os cidadãos brasileiros as garantias constitucionais não só de acesso à escola, como também, de permanência no espaço escolar. Dessa forma, a partir de 1988 foi criado todo o aparato legislativo para salvaguardar tais direitos.

Na década seguinte, em 1996, com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), foi estipulado um capítulo destinado à educação especial no artigo 58, garantindo às pessoas com deficiência esse direito educacional.

Após a LDB, outros aparatos legislativos foram criados em torno das garantias dos direitos das pessoas surdas e das pessoas com deficiência, tais como o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei de Libras – Lei 10.436/2002, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Plano Nacional de Educação (2014 a 2024), a Lei 13.146 06 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Como se pode perceber, atualmente, temos amplo aparato legislativo em prol da inclusão. Como principal problemática diante desse cenário que se propõe a ser inclusivo, as licenciaturas não direcionam os docentes para o desenvolvimento da prática inclusiva, visto que, diversas escolas são desestruturadas para acolher as pessoas com deficiência.

¹ Mestranda em Linguística e Ensino-MPLE da Universidade Federal - PB, zilda.libras@gmail.com;

² Mestranda em Linguística e Ensino-MPLE da Universidade Federal - PB, adilmalibrasp@gmail.com;

³ Mestrando em Educação PPGE da Universidade Federal - PB, afonso.ce.ufpb@gmail.com;

⁴ Especialista em Neuropsicopedagogia pela NASSAU, nadja.lah@hotmail.com;

⁵ Orientador: Doutor em Linguística- Proling, Universidade Federal-PB, henrique.miguel.91@gmail.com .

Parto do princípio de que, a formação continuada é fundamental para processos educacionais mais inclusivos para alunos surdos. Os cursos de formação continuada propostas nos contextos escolar do município a ser pesquisado (Montanhas-RN), porém, não contemplam a Libras, tampouco cursos de aperfeiçoamento sobre a inclusão de surdos.

Diante dessa problemática (ausência de formação adequada para o trabalho docente com alunos surdos) a comunicação fica restrita entre intérprete e alunos surdos, não havendo uma relação mais direta, ou melhor, uma efetiva comunicação entre professores e alunos surdos.

O que vemos, portanto, é a presença de leis bem escritas, mas que não dialogam com a prática educacional, uma vez que, ao chegar nas escolas, as crianças surdas não terão suas especificidades atendidas.

Consideramos, portanto, que a falta de formação continuada dos professores da sala de ensino regular para atuação na educação dos alunos surdos é um dos maiores desafios da política de inclusão, visto que, sem interação, os processos educacionais não podem ser considerados inclusivos.

A partir disso, este artigo tem como proposta apresentar um trabalho que está andamento, no qual, iremos buscamos alguns questionários para podermos concluí-lo. Assim, iremos propor algumas questões norteadoras, que irão nos ajudarmos até as informações necessárias para conclusão deste trabalho. E como objetos destacamos:

Objetivo geral:

- Analisar a relação da formação docente com a prática de professores que atuam com alunos surdos em escolas públicas da cidade de Montanhas/RN.

Objetivos específicos:

- Identificar como ocorreram os processos de formação docente dos professores que atuam com alunos surdos;
- Problematizar as práticas docentes dos professores que atuam com alunos surdos;
- Analisar se a prática docente proporciona processos inclusivos para alunos surdos.

METODOLOGIA

Desenvolveremos uma pesquisa com método qualitativo, que para Minayo (2008, p. 57) “é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas”.



Assim, apresentaremos os dados investigados, nos quais focará a prática educacional dos professores que lecionam aos alunos surdos nas escolas ditas inclusivas, utilizando como técnicas de pesquisas a entrevista semiestruturada com professores de alunos surdos, a fim de, identificar como ocorreram os seus processos de formação docente. Aliada à entrevista, faremos observações não participantes com o propósito de problematizar as práticas docentes desses professores com foco na análise da observância de processos educacionais inclusivos. Assim, iremos destacarmos 3 questões norteadoras:

- 1- Qual e como foi a formação docente que os professores do município de Montanhas-RN tiveram para trabalhar com os alunos surdos em sala de aula regular de ensino?
- 2- Como vêm ocorrendo as práticas docentes dos professores que atuam com alunos surdos?
- 3- A prática docente proporciona processos inclusivos para os alunos surdos?

Essas questões serão as iniciais, aos quais nós darão suportes para desenvolvermos outras, como um questionário que possa nos propulsionarmos um melhor desenvolvimento para conclusão da pesquisa que está em andamento.

O lócus da pesquisa será as escolas públicas do município que se identificam como inclusivas para os alunos surdos, fazendo criticamente uma relação do discurso oficial (que contempla as orientações de formação docente) com a prática escolar cotidiana na sala regular de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento desse artigo será com apoio de autores que tratem de formação docente, educação de surdos e inclusão. Sobre a formação docente, Freire (2007, p. 92) afirma que “a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor”.

Nesse sentido, podemos observar que o professor necessita se aperfeiçoar cotidianamente, pois lidamos sempre com o novo, com os desafios que a educação impõe, requerendo um aperfeiçoamento e uma formação contínua que permitam o reencontro com a esperança de um trabalho comprometido e responsável.

Acerca da educação de surdos, Skliar, (1998, p. 11) afirma que “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma

identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”.

Diante dessa afirmação, para o desenvolvimento de uma educação inclusiva para os alunos surdos, o docente precisa de formação qualificada, assim, trabalhará com segurança para lidar com a diferença dos alunos surdos. Como sustenta Dorziat (1999), as escolas precisam se organizar levando em consideração três critérios principais: os processos de interação via língua de sinais, a valorização dos conteúdos escolares e a relação entre cultura surda e conteúdo escolar.

Entre outros pesquisadores que discorrem sobre a inclusão dos alunos surdos, Honora (2014) aponta a necessidade da observância de atividades que valorizem a experiência visual das pessoas surdas, aliada ao uso da língua de sinais.

Entre outras coisas, consideramos que a cultura surda (representada, sobretudo pela experiência visual e pela língua de sinais) nas escolas precisa ser valorizada, os professores precisam trabalhar com materiais visuais, conhecerem a função dos intérpretes e terem a consciência dos direitos dos alunos surdos, respeitando dessa forma o universo da cultura surda, para tanto, destacamos como urgente a observância da formação docente qualificada com foco nos alunos surdos.

DISCUSSÃO

O trabalho está em andamento, os nossos resultados ainda não foram possíveis apresentar. Na qual, está em trâmite para desenvolvermos a pesquisa-ação e termos os possíveis resultados. Assim, o grupo de pesquisadores que estão inseridos neste artigo, estão envolvidos nas discussões com apoio de uma das integrantes, em que, faz parte do corpo docente de uma das escolas do Rio Grande do Norte com a função de professora de Libras.

No entanto, a partir da realidade vivenciada por esta professora, foi implantado essa necessidade de pesquisa para propor futuras formações em Libras. Assim, a motivação para o desenvolvimento da pesquisa é fruto de um engajamento profissional neste campo de atuação.

No qual, ainda estamos em discussão, formulando as problemáticas encontradas, em que, a maior preocupação tem sido em torno de como vem sendo desenvolvido o trabalho pedagógico com alunos surdos nas escolas públicas onde trabalha, como também nas demais escolas da cidade de Montanhas/RN.

Esta pesquisa será desenvolvida na cidade de Montanhas- RN, por se tratar de um local em que se apoia nas leis supracitadas para a implementação da educação de surdos em suas escolas.

Contudo, apontamos a necessidade de problematizarmos se as práticas ditas inclusivas nas escolas do município, considerando que a política educacional em vigência prevê que a escola se adapte aos alunos surdos e não o contrário, o que demanda além de outras exigências, uma formação docente adequada.

Desse modo, urge a necessidade de um olhar crítico sobre o contexto municipal no que concerne à formação e a prática docentes ali executadas. A investigação é relevante, pois, poderá contribuir para o campo de estudos voltado para a educação de surdos, bem como, para a produção acadêmica local e regional, que ganhará uma produção que valoriza o pensamento crítico no que diz respeito à educação de surdos e a sua inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC; SEEP; 2008.

DORZIAT, Ana. **Concepções de Surdez e de Escola:** ponto de partida para um pensar pedagógico em uma escola pública para surdos. São Carlos/SP: Trabalho de Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007 – (Coleção Leitura).

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa.** Belo Horizonte. Editora EaD, 2014.

10.11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021
HONORA, Marcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo.** São Paulo: Cortez, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.